



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56 , DE 2004

Altera o art. 62 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os § 6º e 8º do art. 62 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até trinta dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 8º As Medidas Provisórias terão sua votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal,

..... (NR)”

Art. 2º Essa emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem por finalidade aprimorar o instituto das Medidas Provisórias, cuja utilização tem sido grandemente criticada pela coletividade, ora pelo seu uso indiscriminado, ora pelo seu rito de tramitação dentro do Poder Legislativo.

Por essa razão, tencionamos estabelecer, no lugar de 45 dias, como consta do § 6º do art. 62, o prazo de 30 dias para a entrada em regime de urgência da Medida, caso ela ainda não tenha sido apreciada após a sua publicação.

Outrossim, resolvemos também modificar o § 8º do mesmo dispositivo, para determinar que as Me-

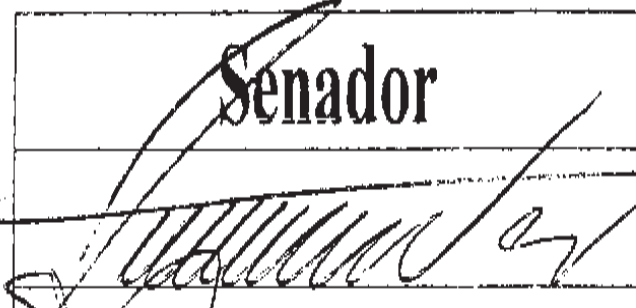
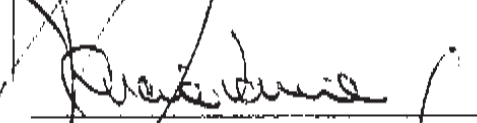

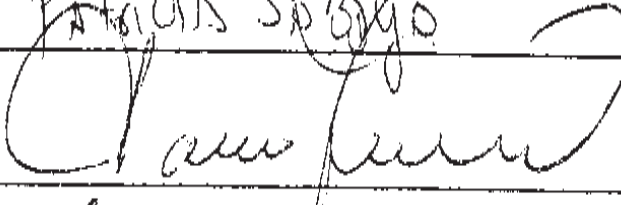
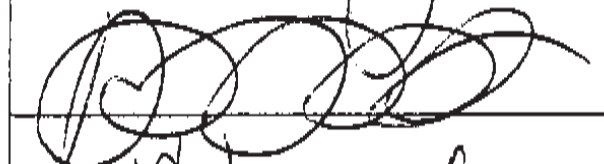
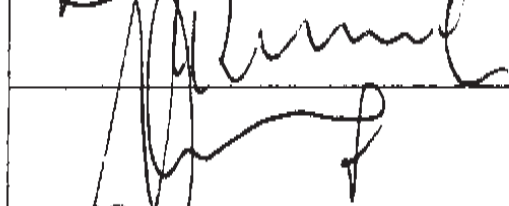
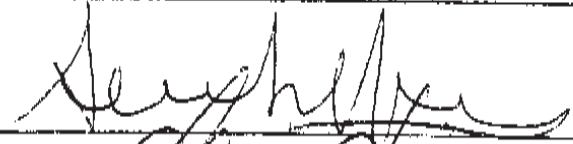
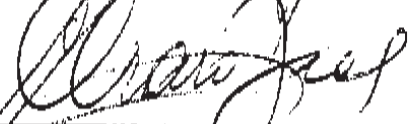
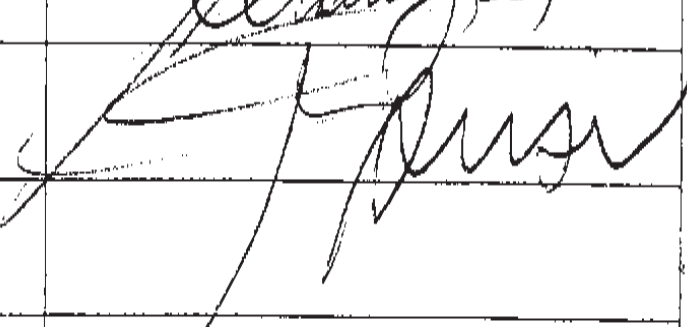
didias Provisórias deverão ter sua votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e não invariavelmente na Câmara dos Deputados, como consta do texto vigente.

Cremos que as alterações aqui apresentadas, além de conferir maior celeridade à apreciação das Medidas, atenuando o sério problema do trancamento da pauta que cada vez mais se verifica, possibilita a ambas as Casas apreciarem os conteúdos das iniciativas legislativas presidenciais de forma mais satisfatória, devido à alternância das votações. Como, na condição atual, é sempre a Câmara dos Deputados que inicia a votação, consolidou-se uma situação desfavorável para a apreciação por parte do Senado, que acaba funcionando como mero carimbador das decisões da Câmara sobre os assuntos tratados pelas Medidas Provisórias. A alternância possibilitará que o Senado, tanto quanto a Câmara, por vezes inicie o processo de votação, dirimindo o problema por levar a Câmara Alta a participar mais ativamente de uma tarefa de tão grande importância.

O instituto das Medidas Provisórias está a requerer muita reflexão para o seu aperfeiçoamento, de modo a melhor se sintonizar com os anseios da cidadania e com os princípios maiores insculpidos na Constituição Federal, que repele a concentração de Poder traduzida pelo excesso de iniciativas legislativas por parte do Executivo, que não deveria deter o poder de legislar por excelência, mas deveria fazê-lo apenas em caráter extraordinário. Assim, muito precisa ser feito para aprimorar os preceitos constitucionais referentes à matéria. Entretanto, cremos que a aprovação da iniciativa que ora propomos representará um grande passo para esse aperfeiçoamento, e, portanto, esperamos sua acolhida pelos nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 2004.
– Senador **Eduardo Azeredo**.

| Senador | Assinatura |
|--------------------------|--------------------------|
| CEARIBALDI A. FILHO. | |
| MAIO SANTO | |
| ELMIR HONRIS | |
| FLAVIO DONS | FLAVIO DONS |
| FLAVIO DONS | |
| VALDIR ROLFF | |
| JANAS PINTO | |
| ALMEIDA LINDO | |
| JOSE CARLOS MAGALHÃES | JOSE CARLOS MAGALHÃES |
| RODRIGO TAVARES | RODRIGO TAVARES |
| CESSAR BORRER | CESSAR BORRER |
| GEOSON CAMARAO | GEOSON CAMARAO |
| RANER TEDET | RANER TEDET |
| MOZART LDO | |
| ANTONIO CARLOS VILASBOAS | ANTONIO CARLOS VILASBOAS |
| ROSEANUS SARDNEY | ROSEANUS SARDNEY |
| JOSE JOZEE | JOSE JOZEE |
| HERNOLHO FORTES | HERNOLHO FORTES |

| Senador | Assinatura |
|---|--|
|  | Alton Freitas |
|  | LUCIA VARIK |
|  | Patricia Sobrinho |
| TASSO FERREIRA |  |
|  | Augusto Botelho |
|  | MEJ SASSANO |
| | MARCO ALBUQUERQUE |
| Sergio Guerra |  |
| Alvares Dias |  |
| Leonel Pavan |  |

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 62.* Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º(2) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e crédito adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vive a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementar;

* EC nº32/2001.

2 Vejam-se a esse respeito os impedimentos e vedações constantes da EC 8/95, art. 2º, EC9/95, art. 3º, EC 32/2001, art. 2º e art. 246 da Constituição Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania.)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 17 - 11 - 2004